



**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**REFERÊNCIA. Processo Ético nº 189/2019**

O **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ**, autarquia Federal, criado pela Lei 4.324/64, CNPJ n. 76.661.099.0001-34, com sede administrativa na Avenida Manoel Ribas, 2281, Mercês, Curitiba/PR, neste ato representado por seu Presidente, **Dr. Aguinaldo Coelho de Farias**, brasileiro, casado, cirurgião-dentista inscrito no CRO/PR sob n. 9.087, neste Termo denominado **CRO/PR**, e de outro lado, **CARVALHO & VIEIRA CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 33.029.387/0001-68, com inscrição CRO/PR 4408, com sede na Rua Juvenal Carvalho, nº 127 - CEP 81.320-185, Fazendinha, na Cidade de Curitiba - PR, representada pelo sócio administrador **CD José Guilherme Lima de Carvalho** - CRO/PR 18.703, assistido pela advogada Dra. Marília Gabriela Antunes de Castro Romero - OAB/PR 58.145, denominada para fins deste instrumento como **COMPROMISSÁRIA**,

**CONSIDERANDO** o que dispõe a Lei 7.347/85, em seu artigo 5º, inciso IV, assim como o Código de Defesa do Consumidor;

**CONSIDERANDO** a Decisão CRO/PR 10/2013, que *estabelece normas sobre os serviços de fiscalização, padroniza termo de ajuste de conduta e conciliação ético disciplinar, e dá outras providências*;

**CONSIDERANDO**, que as atribuições Institucionais do CRO/PR é supervisionar a ética profissional, trabalhar pelo desempenho ético, pelo prestígio e bom conceito da profissão, e atuar na proteção da sociedade contra os malefícios oriundos de condutas ilícitas no âmbito da Odontologia;



**CONSIDERANDO**, a Lei 5.081/66, art. 7º e Resolução CFO 118/2012, que aprova o Código de Ética Odontológica, art.44, I - que proíbem a divulgação de expressões ou imagens de Antes e Depois, com preços, serviços gratuitos, modalidades de pagamento, ou outras formas que impliquem comercialização da Odontologia ou contrarie do disposto neste Código.

**RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUITA - TAC** -, com fulcro no artigo 5º, §6º, da Lei federal 7.347/85 e na conformidade do que abaixo estabelecido:

**CLÁUSULA 1ª.** A **COMPROMISSÁRIA** reconhece a autoria de anúncios publicitários irregulares na rede social Facebook "Pra Melhor Fazendinha CIC e Região" com as seguintes expressões: "apenas 50 vagas para fazer sua prótese fixa"; "parcelamento a partir de R\$ 360,00"; "condições especiais" e "Implantes apenas 50 vagas"; "você vai poder fazer todos os seus implantes, mas somente esse mês isso será possível de uma forma incrivelmente facilitada", como comprovam documentos encartados nos processos em referência.

**CLÁUSULA 2ª.** A **COMPROMISSÁRIA**, como modo de solução do caso, compromete-se a partir do dia subsequente da assinatura do presente instrumento, fazer cessar e não reiterar a divulgação de todo e qualquer anúncio que contrarie a Lei 5.081/66, o Código de Ética Odontológica e o Código de Defesa do Consumidor, por todos os meios de anúncios e veículos de publicidade, dentre outras vedações.

**CLÁUSULA 3ª.** A fiscalização do CRO/PR acompanhará o cumprimento desse Termo, agindo em contínua fiscalização, **pelo período de 02 (dois) anos**, e emitirá relatório periódico do cumprimento do quanto firmado.

**CLÁUSULA 4ª.** Este Termo de Ajustamento de Conduta será, divulgado pelo sítio de *internet* do CRO/PR, com o que concorda a **COMPROMISSÁRIA**.

**CLÁUSULA 5ª.** Em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações pactuadas nas Cláusulas 2ª do presente TAC, a **COMPROMISSÁRIA** se



obriga ao pagamento de multa de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** e multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), a contar do segundo dia de veiculação, caso a publicidade tenha caráter de continuidade, incidindo a multa até a cessação da infração, sem prejuízo de eventuais danos porventura causados individual ou coletivamente aos consumidores.

**Parágrafo único.** Às multas previstas na cláusula 5ª eventualmente aplicada decorrente deste TAC serão recolhidas ao Fundo de que trata o artigo 57 da Lei n. 8.078/90 e artigo 13 da Lei n. 7.347/85.

**CLÁUSULA 6ª.** As multas ora pactuadas não são substitutivas da obrigação, que remanescerá a aplicação das mesmas, sem prejuízo da execução judicial deste Termo.

**CLÁUSULA 7ª.** Este TAC produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua assinatura com **validade de 02 (dois) anos**, podendo ser prorrogado, caso haja necessidade, e terá eficácia de Título Executivo Extrajudicial, nos exatos termos do artigo 5º § 6º da Lei n. 7.347/85.

**CLÁUSULA 8ª.** O TAC interrompe a prescrição da ação punitiva por se tratar de solução conciliatória no âmbito desta Autarquia, à luz do disposto o artigo 2º, IV, da Lei federal 9.873/99.

**CLÁUSULA 9ª.** As obrigações e cominações previstas neste TAC obrigam a **COMPROMISSÁRIA**, bem como, os seus sócios e eventuais sucessores a qualquer título e a qualquer tempo.

**CLÁUSULA 10ª.** Fica eleito o foro da Comarca Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que versem sobre a questão do objeto deste Termo.

E, por estarem assim combinados, firmam o presente TAC em duas vias de igual teor e valor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na